



BREVE PANORAMICO DA CATALOGAÇÃO: transição do código AACR2 para o RDA

Eixo temático: Gestão e Políticas da Informação
Modalidade: Apresentação Oral

Marcelo Augusto C. de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias da informação e com o aumento da produção intelectual, sentiu-se a necessidade de aperfeiçoar o processo de catalogação, e conseqüentemente, acrescentar ao termo a organização de acervos virtuais por considerar que a atualidade não se trata apenas de exemplares físicos.

A utilização do código AACR2 foi difundida, principalmente, para descrição dos dados e facilitar a sua recuperação posteriormente, enquanto que o RDA tem a proposta não só de organização do acervo, mas também para a preservação da memória, uma vez que este código permite a descrição do objeto digital, em que a obra acompanhará a sua descrição física.

Modesto (2010) apresenta em uma de suas obras, o RDA. Neste, há elementos não existentes no AACR2, utilizado atualmente, possui características únicas pelo fato de ser especificamente voltado para os recursos digitais, formato de vídeo, recursos arquivísticos, características de braile, URL's, identificadores de entidades língua ou idioma das pessoas, etc.

Considerando o intento de se conhecer um pouco mais sobre os benefícios deste novo código, este estudo apresenta uma breve evolução dos modelos da catalogação até a atualidade.

2 TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO

A catalogação consiste na prática de descrever um item com base em suas características, como autores, títulos, edição, dados de publicação e distribuição, bem como sua extensão e detalhes específicos do documento para fins de sua rápida recuperação. De acordo com Mey (2009, p. 7) pode-se definir a catalogação como "o estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais e ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos". Historicamente, não se sabe ao certo como era feita a



catalogação na antiguidade, porém o ato de catalogar se iniciou bem antes da invenção da imprensa e pode ser percebido em bibliotecas na Antiguidade. Mey (1995, p. 12) diz que “uma das mais antigas listas de livros que se tem conhecimento datada de 2000 a.C., encontrada em um tablete de argila, com 62 títulos. No entanto, não se sabe a finalidade da lista, ou teria sido usada como catálogo.”

Registros posteriores, principalmente de babilônicos, que elaboravam sua escrita em tabletes de argila, também fizeram alusão a uma estrutura de catálogo. Porém, mesmo estes não se sustentam como tal. “Em escavações no Egito foram encontrados tabletes de argila, escrito em língua babilônica, datados em 1400 a. c., e que se referiam a títulos de obras. Mas ainda se desconhece se seriam propriamente um catálogo.” (MEY, 1995, p. 12).

Em Alexandria, entre 260- 240 a.C., Calímaco principia o que talvez fosse o esboço de um catálogo metódico. Sabe-se que a primeira escrita a respeito da catalogação ou da relação de obras de uma coleção, apareceu na Biblioteca de Assurbanípal, em Assíria datando entre 668-626 a.C. Outra manifestação digna de registro foi em Alexandria (260-240 a.C.), onde Calímaco realizou, na Biblioteca de Alexandria, a primeira iniciativa para a organização de um catálogo metódico (BARBOSA apud COSTA et al, 2011, p. 2).

Porém Mey (1996) afirma que, “Não se sabe ao certo se o trabalho de Calímaco era uma bibliografia ou um catálogo, ou se servia a ambas as finalidades. Há referências posteriores a *pinakes* dos sábios de Pérgamo, mas não restaram vestígios dessas obras”. Campello (2006, p. 1) cita um exemplo desse tipo de trabalho realizado por Calímaco (310 ac-235 ac), poeta, que copilou um dos primeiros instrumentos de organização bibliográfica que se tem notícia, o *Pinakes*.

Pinakes era dividido por assuntos: Retórica, direito, literatura épica, tragédia, comédia, poesia, medicina, matemática, ciências naturais e miscelânea. Em cada uma dessas divisões os autores eram arranjados em ordem alfabética e sobre cada um havia breve nota bibliográfica e uma análise de seu trabalho. (CAMPELLO, Bernadete. 2006, p. 1-2). Como não existia uma pessoa específica para exercer a profissão do bibliotecário na época Canfora *apud* Cabral (2012, p. 10) afirma que:



Homens de confiança eram escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca, trabalho este que consistia em classificar, dividir em livros, copiar, anotar, acrescentar comentários às obras, contribuindo assim para o aumento incessante do acervo. Eram os chamados bibliotecários que conheciam a biblioteca profundamente, com todas as suas estantes, corredores e milhares de rolos armazenados cuidadosamente, um trabalho que permitia o acesso tão restrito às mais diversas obras.

Mey (1995, p. 13) ressalta que, “no século VI, São Bento ensinou seus monges em Monte Cassino a copiar manuscritos. Por alguns séculos, os mosteiros passaram a ser os únicos preservadores, copistas e catalogadores de livros embora, segundo Strout, não com objetos de estudos.”

A autora afirma ainda que “catálogos mais dignos de nota surgem no século IX. Na Alemanha a biblioteca de Richenau copilou vários catálogos entre 822 e 842, que indicavam as obras contidas em cada volume e o número dos volumes ou rolos em que cada obra estava contida”. (MEY, 1995, p. 14).

O início do “século XV não trouxe grandes mudanças, mas surgem pela primeira vez as remissivas (registros que remetem a outros registros ou obras), embora de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka entre 1410 e 1412”. (MEY., 1995, p. 15). Porém, em meados do século, Gutenberg, com o aprimoramento da imprensa, contribuiu para a produção em massa de obras que anteriormente eram reproduzidas em pequenas quantidades. Com isso, os catálogos tornaram-se chaves importantes para consultas e pesquisas deixando de ser apenas índices bibliográficos ou listas.

Mey assegura que “O século XVIII é marcado pelo desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo, o que levou a um crescimento substancial das bibliotecas na Europa”. (MEY, 1995, p.18).

Somente no século XIX que a normalização da forma de se elaborar catálogos sofreu um grande avanço. Isso se deu paralelamente ao aumento do número do material informacional, em que muitos trabalhos científicos foram desenvolvidos, desta forma tratou-se de se dar os primeiros passos rumo ao desenvolvimento de regras que normalizariam a elaboração dos catálogos e determinaria o desenvolvimento da catalogação.



O início do século XX, “[...] vem mudar a perspectiva dos códigos: a impressão e venda de fichas catalográficas pela Library of Congress dos Estados Unidos (LC). Ao invés de cada biblioteca fazer sua própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender os cabeçalhos, também por ela indicados”. (MEY, 1995, p. 23).

Mas, o que ainda não se tinha acertado era que a catalogação só poderia ser um instrumento útil e eficiente em comunicar o que há no acervo para seus usuários se fosse normalizado, pois o catálogo seria mais útil quando padronizado, ou seja, quando houvesse um código universal que o regesse. Isto porque, na prática, o público que se dirige a ele não é único e sim diverso e todos precisam interpretar a mesma coisa ao lê-lo.

Assim, em 1969,

[...] editou-se no Brasil a tradução para o português da versão americana com o título de Código Anglo-Americano de Catalogação (AACR). Este código passou a ser adotado em quase todas as escolas de biblioteconomia brasileiras, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino “Em 1969, outro evento marca substancialmente o caminho da padronização: a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em Copenhague, com a participação de 32 países. A RIEC trouxe mudanças significativas para os códigos e as práticas da catalogação”. (MEY, 1995, p. 28-29).

A partir de então, tanto a Biblioteca Nacional como a Fundação Getúlio Vargas realizavam estudos para implantá-lo em seus acervos. E em 1978 surgiu a segunda versão do AACR, agora conhecido como AACR2. Este passou a ser usado na década de 1980. “O AACR2 é um código de catalogação usado de forma internacional e atualmente em uso conjunto com o formato MARC o que favorece o intercâmbio de dados bibliográficos e catalográficos de forma internacional.” (BRUNA; ALVES, 2011, p.11).

Este foi pensado para ser um código padrão de catalogação que indicaria as regras e normas de descrição de um material, utilizado por catalogadores, bibliotecários e demais profissionais da informação que representaria a informação de um item de forma única e definitivamente técnica.

Em linhas gerais, o AACR2 é um conjunto de regras que possibilita descrições bibliográficas, a construção e a atribuição dos pontos de acesso e cabeçalhos.



Representa pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, além de títulos mantidos.

Com isso, bibliotecas de todo o mundo, que tinham dificuldades em entrar em consenso umas com as outras, por não terem um manual de fácil acesso e uso, tiveram seus problemas amenizados com a criação do AACR2. Facilitou-se o intercâmbio de informações por ter uma padronização destas em nível mundial. “As atualizações foram incorporando os novos suportes informacionais, porém, surgiu a necessidade do estabelecimento de novos padrões conceituais para atender à demanda gerada pela globalização e pelos avanços tecnológicos.” (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 16).

Hoje, esse código é usado e aceito no âmbito internacional juntamente com o formato de intercâmbio MARC21 para a catalogação automatizada.

Com a internet e os avanços sofridos no meio tecnológico, a comunidade biblioteconômica sentiu-se a necessidade de se adequar-se as novas demandas da informação. Pois, no cenário informacional surgiram novos tipos de documentos, conteúdos, novas formas de acesso, de suportes para o armazenamento, todos visando o acesso mais prático a informação, neste cenário, surgem as regras Resource Description & Access (RDA) - Recursos: Descrição e Acesso, a qual é uma estrutura teórica projetada para ambiente virtual.

O código RDA poderá ser utilizada tanto para recursos tradicionais quanto não tradicionais e não destina-se exclusivamente para catálogos de bibliotecas.

A RDA é a nova norma de catalogação que foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital. [...] É baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização. [...] A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. (SILVA, 2012, p. 114-115).

Diante do atual contexto das tecnologias da informação, ficou inevitável a demanda de novas normas de catalogação que pudessem descrever os novos objetos digitais. Segundo Cunha (2005) as normas da RDA vêm dar ao bibliotecário e a outros profissionais de informação um moderno e prático instrumento



imprescindível para o bom exercício profissional na área de catalogação nesse mundo digital.

O conteúdo do código de catalogação Recursos: Descrição e Acesso (RDA) foi desenvolvido pelo *Joint Steering Committee for Deselopmente of RDA* (JSC) com o intuito de atender as demandas de organização e recuperação da informação no contexto atual.

A RDA é um conjunto de instruções direcionado ao ambiente digital que apresenta todo tipo de conteúdo e de mídia que está integrada além da comunidade biblioteconômica.

Surgiu a partir dos estudos para a atualização do AACR (AACR3). Além disso, visa manter a compatibilidade entre os registros criados com o AACR2 e os registros criados com a RDA. Permite o fornecimento de instruções detalhadas sobre como construir pontos de acesso autorizados amarrando metadados e atributos juntos em uma chave única.

RDA é diferente dos seus antecessores, incluindo Anglo-American Cataloguing Rules, que se originou em uma época em que a impressão era o principal meio de comunicação. RDA é um dos primeiros códigos de catalogação gerais para ser criada desde que a era digital começou a suplantar impressão como a tecnologia dominante para a comunicação. As reações negativas que saudaram os projetos de RDA e que continuam a ser repetido podem ser atribuídas em parte ao fato de que as instruções de RDA e diretrizes muito parecidas com AACR2. Muitos usuários potenciais estão decepcionados porque sentem que uma mudança tão grande tecnológica exige uma resposta igualmente grande nas instruções; e para alguns, põe em causa a necessidade de RDA em tudo. (DANSKIN, 2013, p. 2).

De acordo com Oliver (2011) o RDA é baseado nos modelos conceituais

FRBR e o Functional Requirements for Authority Data – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). FRAD é um prolongamento do modelo FRBR para dados de autoridade. Ambos identificam e coletam os dados utilizados pelo usuário no processo de pesquisa que formarão uma massa de informação essencial para a otimização dos recursos de todo o processo (SERRA et. al., 2012, p. 114 *apud* OLIVER, 2011).

Pensando assim, a comunidade Biblioteconômica instauram o FRBR e RDA, com a finalidade de instituir meios mais fáceis de acessar à informação no momento da internet e da Web. Numa linguagem clara, o FRBR pode ser entendido como o recurso que transforma as informações bibliográficas em links, como afirma Silva, [...] transformar dados bibliográficos em links vai enriquecer não só os serviços das



bibliotecas, mas a própria Web, por meio dos mecanismos de buscas presentes nos catálogos de milhares de bibliotecas ao redor do planeta. (SILVA, 2013, p. 23).

Portanto, com a essa transição dos códigos de catalogação, irá expandir o intercâmbio da informação e assim contribuindo para a melhora do acesso.

REFERÊNCIAS

XIV ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (MA). **Catalogação: análise e parâmetros gerais da representação da informação**. Maranhão: 2011. Disponível em:

<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Catalogação_analise_e_parâmetros_gerais_da_representação_da_infomação.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao Controle Bibliográfico**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASÍLIA (DF). **PANORAMA DA CATALOGAÇÃO NO BRASIL: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI**. Brasília: 2007. Disponível em:

<http://www.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007Panorama_Catalogacao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

DANSKIN, Alan. **Linked and open data: RDA and bibliographic control**, 2013.

Disponível em: <<http://leo.cineca.it/index.php/jlis/article/viewFile/5463/7897>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

MEY, E. S. A. **Introdução à Catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A. SILVEIRA, N. C. **Catalogação no Plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MODESTO, Fernando. **O divórcio do catalogador: aacr2 ou rda**, 2010.

Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=559> Acesso em: 29 mar. 2014.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação: trajetória para um código internacional**. Niterói. 2009.

SILVA, Eliana Barbosa de Oliveira *et al.* **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em:



<<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>> Acesso em: 30 mar. 2014.

VOTTO, Marcelo. Biblioteca da UCS passa a utilizar os campos do RDA para MARC Autoridades. Disponível em:

<<http://processotecnicoucs.wordpress.com/2013/02/18/biblioteca-da-ucs-passa-a-utilizar-os-campos-da-rda-para-marc-autoridades/>> Acesso em: 03 mai. 2014.